SUMÁRIO

PREFÁCIO (Prof. Dr. Tupinambá Pinto de Azevedo) 13

1 INTRODUÇÃO 31

2 FUNDAMENTOS DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE 35

2.1 ORIGEM NOS DIREITOS NACIONAIS 36
2.1.1 Origem histórica 37
2.1.2 Doutrina 43
2.1.3 Sistemas penais nacionais 53
2.1.4 Legalidade totalitária 65

3 CONSAGRAÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL 73

3.1 DIREITO PENAL INTERNACIONAL 74

3.2 FONTES DO DIREITO PENAL INTERNACIONAL 78
3.2.1 Direito costumeiro 80
3.2.2 *Jus cogens* 87
3.2.3 Tratados 94
3.2.3.1 Direitos humanos 95
3.2.3.2 Direito humanitário 110
3.2.4 Princípios gerais 116
3.2.5 Decisões judiciais 123

3.3 CRIMES INTERNACIONAIS 127

4 MANIFESTAÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL. TRIBUNAIS MILITARES 131

4.1 TRIBUNAL DE NUREMBERG 133
4.1.1 Constituição 133
4.1.2 Jurisdição e poderes 136
4.1.3 Princípios de Direito Penal 138
4.1.4 Princípio do *nullum crimen sine lege* 140
4.1.4.1 Crimes contra a paz 144
4.1.4.2 Crimes de guerra 146
4.1.4.3 Crimes contra a humanidade 149
4.1.5 Princípio da *nulla poena sine lege* 150

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.2 TRIBUNAL DE TÓQUIO 153
4.2.1 Constituição 153
4.2.2 Jurisdição e poderes 159
4.2.3 Princípios de Direito Penal 167
4.2.4 Princípio do *nullum crimen sine kege* 169
4.2.5 Princípio da *nulla poena sine lege* 176

5 MANIFESTAÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL TRIBUNAIS *AD HOC* 181

5.1 TRIBUNAL PARA EX-IUGOSLÁVIA 182
5.1.1 Constituição 183
5.1.2 Jurisdição e poderes 193
5.1.2.1 Poderes implícitos 195
5.1.2.2 Regras de procedimento e prova 197
5.1.3 Fontes 202
5.1.3.1 Direito penal costumeiro 205
5.1.3.2 Precedentes 210
5.1.3.3 Referência aos direitos nacionais 213
5.1.4 Princípios de Direito Penal 216
5.1.4.1 Princípio do *nullum crimen sine lege* 219
5.1.4.1.1 Princípio da construção estrita, Interpretação literal e teleológica 225
5.1.4.1.2 Interpretação de tratados multilíngues 233
5.1.4.2 Princípio do *nulla poena sine lege* 234

5.2 TRIBUNAL PARA RUANDA 241
5.2.1 Constituição 241
5.2.2 Jurisdição e poderes 245
5.2.2.1 Princípio do *ne bis in idem* 250
5.2.2.2 Regras de procedimento e prova 251
5.2.3 Fontes 252
5.2.3.1 Direito penal costumeiro 253
5.2.3.2 Precedentes 254
5.2.3.3 Referência aos direitos nacionais 255
5.2.4 Princípio do *nullum crimen sine lege* 257
5.2.4.1 Princípio da construção estrita, interpretação literal e teleológica 259
5.2.4.2 Interpretação de tratados multilíngues 263
5.2.4.3 Princípio do *nulla poena sine lege* 266

5.3 DESCUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO NOS TRIBUNAIS *AD HOC* 270

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6 CONSAGRAÇÃO NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL 277

6.1 Constituição 277
6.1.1 Legalidade e legitimidade 279

6.2 Jurisdição e poderes 281
6.2.1 Princípio do *ne bis in idem* 286

6.3 Fontes 288
6.3.1 Direito penal costumeiro 296
6.3.2 Precedentes 302
6.3.3 Referência aos direitos nacionais 306

6.4 Princípios de Direito Penal 307
6.4.1 Princípio do *nullum crimen sine lege* 315
6.4.1.1 *Lex scripta* 321
6.4.1.2 *Lex certa* 323
6.4.1.2.1 *Lex certa* e linguagem 325
6.4.1.2.2 Definição dos crimes de guerra 329
6.4.1.2.3 *Lex certa* e determinação da sentença 333
6.4.1.3 *Lex stricta* 333
6.4.1.4 *Lex praevia* 338
6.4.2 Princípio do *nulla poena sine lege* 345
6.4.3 Descumprimento do princípio 351

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 355

REFERÊNCIAS 363

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br